



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**  
Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

---

---

## **SOCIEDADE E CRISE E CIÊNCIAS SOCIAIS: O CONTRIBUTO DO VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

Manuel Carlos Silva (Presidente da APS),

Em 2008 pudemos assistir ao colapso de mercados financeiros, cujas transacções, sendo altamente especulativas, puderam contar com o colaboracionismo político-constitucional. Foram vários os Estados a vir em socorro dos bancos, representando uma transferência de dinheiro dos contribuintes para privados e uma sobrecarga da dívida pública, sendo o BPN em Portugal um caso paradigmático.

Certos economistas, assumindo a crise global como algo transcendente aos Estados, não a previram do alto da sua ‘ciência’ económica convencional, mas tão pouco se debruçam sobre as suas causas. Espantam-se das proporções e efeitos mas já gradamente em 2011 apontam a recuperação e o crescimento no horizonte de 2013-2014. Outros fixam-se em aspectos laterais, ainda que reais (falta de liderança, ineficiências de gestão, ‘desperdícios’ do Estado). Outros ainda aventam que “as populações têm vivido acima das possibilidades”!

O termo crise banalizou-se, mas nem por isso deixam de ser marcantes os impactos, diferenciados e devastadores os seus efeitos: encerramentos e falências de empresas, congelamento de crédito, despedimentos, incumprimento de compromissos (vg prestação de casa), cortes acentuados nos subsídios, pensões e salários, empobrecimento de centenas de milhares de pessoas designadamente de grupos sociais mais vulneráveis.

E, mesmo quando eventualmente se assistisse ao crescimento e à retoma em 2013-14, será essa evolução sinónimo de desenvolvimento e bem-estar social ou antes a retoma dos ganhos do

capital nalguns sectores? Estaremos perante uma crise conjuntural ou perante uma crise duradoura, multidimensional, sistémica? Até onde nos pode conduzir esta crise?

Tudo indica que, tal como noutros períodos ao longo do século XX, é o sistema que volta a estar em crise, enquanto fenómeno integrante das crises cíclicas do capitalismo – baixa de investimento, desemprego, queda no consumo. Importa lembrar que, passados os trinta gloriosos anos após a II Guerra Mundial, algo novo surgiu com a crise petrolífera dos anos 70 e a subsequente onda liberal dos anos 80 e 90: a fragilização ou até o desmantelamento de sistemas de produção nacionais e incapacidade de absorção da própria força de trabalho nos países periféricos e (semi)periféricos, reestruturação da produção e divisão internacional do trabalho e um novo modelo de acumulação e regulação pós-fordista, a privatização de empresas e serviços públicos, a desregulação e liberalização de capitais e mercadorias e a deslocalização de empresas para locais com custos de produção mais favoráveis.

No quadro da globalização e da actual crise, qual é o lugar de Portugal?

Portugal, apesar dos avanços realizados, manteve-se um país semiperiférico, cujas causas remontam ao passado mas ainda se reflectem hoje em dia e bloqueiam o seu desenvolvimento. O antigo Portugal colonial-imperial e mercantilista foi-se tornando um país dependente, configurando no seu seio dois blocos que se foram digladiando ao longo do século XIX e XX: o latifundismo aliado a uma burguesia rentista, especulativo-financeira, *compradore* vivendo do export-import e apoiado por um médio e pequeno campesinato a centro e norte mediado pela Igreja e uma débil burguesia industrial suportada mas em forte tensão/oposição com operariado, primeiro no contexto da I República e, em contexto, mais recente, no pós 25 de Abril de 1974 até hoje. A situação agravou-se com o facto de os poderes políticos nos anos 80 e 90 não terem aproveitado os fundos estruturais para o relançamento da agricultura, pescas e indústria.

Quando a crise de 2008 bate à porta, embora ainda sem intervenção externa, já sofria os efeitos económicos e financeiros da crise internacional a somar aos problemas internos que vinham de longe e se prendem com a situação de um país atrasado, dual e semiperiférico, o qual, segundo Magalhães Godinho e outros, nunca conheceu uma revolução agro-industrial prevalecendo uma burguesia a viver ora de protecționismos, ora de *lobbies*, com estratégias de enriquecimento rápido, práticas de usurpação para cima e de exclusão para as classes trabalhadores e populares. Apesar de nalguns períodos ter diminuído os índices de pobreza, Portugal mantém-se um dos países mais desiguais na própria União Europeia.

Em 2011, Portugal, estando economicamente vulnerável, foi forçado *in extremis* em 2011 a solicitar assistência financeira à já bem conhecida Troika: FMI, BCE e UE. As receitas destas instâncias, enquadrando-se na prevacente lógica neoliberal, passam pelas seguintes medidas: (i) estabilização das contas públicas à custa de austeridade sobre as camadas mais pobres e

desprotegidas (idosos, pensionistas), forte diminuição de salários das classes trabalhadores não só as menos qualificadas como as mais qualificadas e incorrectamente designadas de classes médias; (ii) contrareforma das leis laborais sobretudo a flexibilização e facilitação dos despedimentos; (iii) (re)privatização de rentáveis empresas públicas e deterioração do meio ambiente; (iv) crescente dependência alimentar e (quase)total liberalização dos mercados de capitais e do comércio; (v) descentralização de serviços e estratégia de desconstrução do Estado Social e de direitos adquiridos ao longo de décadas, atribuindo a privados funções do Estado designadamente no campo da saúde e no ensino.

Quer no passado quer nos dias de hoje estas receitas não são resultado de erros ou aberrações nas opções políticas, mas consequências da lógica do próprio sistema de acumulação e expansão capitalistas. Dir-me-ão que estamos na União Europeia e na zona euro e não podemos ter uma política económica e monetária autónoma. Mas não será possível que os actores políticos institucionais apontem para outras saídas que permitam a renegociação da dívida, dos prazos e dos juros?

Foi perante esta situação de falência de economistas convencionais antes e durante a instalação da crise que a Direcção da APS nos inícios de 2011 entendeu em boa hora, creio, preparar o VII Congresso Português de Sociologia em torno da actual sociedade, da crise e suas (re)configurações sociais. Em suma, tratava-se de convocar para este tema geral sociólogos e demais cientistas sociais portugueses e doutros países europeus e doutros continentes, nomeadamente do Brasil e dos PALOP's.

Após uma auscultação junto do Conselho de Programa foi reconfirmado o tema geral do Congresso em torno do título “Sociedade, Crise e Reconfigurações” – Sociedade em contraponto com a Economia convencional mas em complementaridade outras ciências sociais e obviamente com outras correntes críticas da Economia desde a keynesiana à marxista. Dado não termos nem uma visão determinista do curso da História nem um posicionamento voluntarista que nos socorremos como terceiro tópico do título deste Congresso o conceito de configuração de Norbert Elias como proposta de síntese no velho dilema estrutura-acção, sociedade-indivíduos, deixando em aberto o debate sobre as possíveis ou prováveis reconfigurações em termos nacionais, europeus e internacionais.

Agora que dei conta do tema do congresso e da sua entusiástica recepção, permitam-me que dirija umas palavras de agradecimento a todas as instituições que deram a sua colaboração e apoio na realização deste Congresso. Agradecemos a prestimosa colaboração do Senhor Reitor da Universidade do Porto, da Prof. Fátima Marinho, enquanto Directora da Faculdade de Letras e do Prof. José Alberto Correia, Director da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, à Senhora Vereadora da Cultura em representação do Senhor Presidente da Câmara e, por fim, ao Prof. Miguel

Seabra, Presidente da FCT em representação do Senhor Ministro da Educação e Ciência. Os apoios destas instituições são tanto mais preciosas quantas as inúmeras respostas negativas aos pedidos de patrocínio – uma compreensíveis como sintomas da crise e dificuldades, outras como a FCT menos compreensíveis, esperando que o Senhor Presidente da FCT aqui presente reconsidere a resposta *standard* que nos foi dada pelo facto de o Programa FAAC estar entretanto suspenso.

A nível da própria organização do Congresso, devo salientar a colaboração do Conselho Consultivo e demais órgãos da APS, dos coordenadores das Secções e Áreas Temáticas – que, no quadro do processo de descentralização de funções na APS desempenharam um papel fundamental no processos de avaliação e coordenação das respectivas secções e áreas, à Comissão Organizadora e, em particular, aos membros da Comissão Local, à Direcção do Departamento de Sociologia na pessoa do seu Director João Teixeira Lopes e, por fim mas não menos importante, os incansáveis colegas de Direcção e, se os demais colegas me permitem, uma especial palavra de reconhecimento aos vice-presidentes da APS Ana Romão e Paulo Machado, alavancas fundamentais na preparação deste Congresso.

Lamentamos a ausência do Senhor Presidente da República que, contrariamente aos seus antecessores – o Dr. Mário Soares e o Dr. Jorge Sampaio que sempre nos brindaram com a sua presença e participação nos nossos Congressos – ter de novo declinado o convite – cuja decisão obviamente respeitamos – embora tenhamos estranhado a não-concessão do seu Alto Patrocínio ao Congresso que, enquanto gesto ritual, costuma ser atribuído. Porém, o que nos pareceu despropositado foi a justificação avançada para a não atribuição do Alto Patrocínio na medida em que, segundo reza o ofício de resposta, a APS “não preenche os requisitos para tal”, afirmação esta que dispensamos e não condescendemos por termos plena e aguda consciência do relevante papel que a Sociologia e os seus profissionais têm desempenhado nas instituições e na sociedade.

Aparte este pequeno *fait divers*, devo salientar a aceitação de convites do Presidente da Associação Internacional de Sociologia Michael Burawoy que nos brinda com duas excelentes conferências em torno da Sociologia Pública, ao Presidente da Associação Europeia de Sociologia, Pekka Sulkunen, aos seniores da Sociologia e da APS e outros menos seniores e jovens que responderam positivamente aos convites para darem o seu contributo nas Sessões Plenárias e Sessões Especiais sobre temas candentes da actualidade. Permitam-me uma especial saudação ao Dr. Mário Soares e ao colega Manuel Carvalho da Silva por protagonizarem uma sessão plenária em torno das perspectivas políticas sobre a crise, devendo neste momento salientar que, numa perspectiva plural, formulámos também o convite à Dra Assunção Esteves, primeiro, depois a Dra Graça Carvalho e, por fim, o Dr. Francisco Balsemão que, por razão de agendas, não puderam estar presentes.

Para as instituições, personalidades ou fazedores de opinião nos media que ou silenciam os méritos dos sociólogos e demais cientistas sociais, ou por vezes com pouco conhecimento e bastante atrevimento desclassificam ou desvalorizam os nossos saberes e competências, devo lembrar que a Sociologia em Portugal, enquanto campo científico, educacional e interventivo, tem contribuído por certo para um melhor e mais sistematizado conhecimento da realidade social em Portugal e suas dinâmicas de conservação e mudança social, tendo, em termos comparativos, conseguido solidificar-se e firmar-se com pujança e prestígio, com elevados níveis de internacionalização, publicações em congressos internacionais e nacionais nomeadamente nos sucessivos congressos de Sociologia. A este respeito, a propósito da celebração dos 25 anos da APS, enviamos ao Ministério da tutela e à FCT uma exposição resultante de debate por parte dos centros de investigação no sentido de considerar as publicações das revistas de Sociologia e demais ciências sociais sujeitas ao método de *peer review* para efeitos de avaliação dos laboratórios e centros de investigação, valorizando e validando livros e artigos publicados em português, como património das ciências sociais na língua portuguesa. Aliás só agora que esse problema foi colocado por psicólogos e outros cientistas das áreas das ciências naturais e médicas é que foi dada alguma atenção e impacto mediático. Espemos da parte do Senhor Ministro e do Presidente da FCT a abertura para ter em conta esta justa reivindicação para todas as ciências, tal como outros países, nomeadamente a Espanha, já o fizeram.

Os campos de reflexão e aplicação da Sociologia em Portugal não páram de crescer e de se alargar. Apesar da satisfação com que vemos determinados desenvolvimentos positivos na Sociologia, há razões para partilhar algumas inquietações nos actuais tempos de crise: a eventual redução de financiamentos europeus e nacionais no horizonte para as ciências sociais, os riscos relacionados com a utilização instrumental da Sociologia, de acordo com as conveniências políticas dos detentores de poder ou então, tal como está ocorrendo na actual conjuntura, o regresso de preconceitos sobre a Sociologia e os sociólogos, desvalorizando, ignorando ou silenciando as suas competências e posicionamentos, sobretudo quando críticos porque incómodos.

Na era da hegemonia tecnocrática, a tecnologia é vista como a solução milagrosa e é altamente intrigante ver como liberais e neoliberais – que acusavam o marxismo de economicismo, determinismo e mecanicismo – acabam por glorificar a tecnologia como o segredo da superação de obstáculos ao desenvolvimento. Neste campo mais do que nunca se tornam actuais quer o cepticismo weberiano sobre os efeitos perversos da burocracia e da tecnocracia sobre a democracia (Weber 1978), quer as desconstruções do homem unidimensional de Marcuse (2002), quer ainda a desmontagem habbermasiana sobre a técnica e a ciência como ideologia (Habermas 1973). Em situação-limite estaríamos perante a impossibilidade efectiva de questionar, investigar e de reflectir

sobre aspectos sociais controversos e de propor modelos sociais alternativos e, a curto e médio prazo, outras propostas no sentido de maior justiça e equidade sociais.

Se é extremamente rico o percurso da Sociologia em Portugal e seu enraizamento como área científica, surge também como notável a sua reputação como área disciplinar de ensino e o seu contributo na formação de profissionais nos Faculdades ou Escolas das Universidades e Institutos Politécnicos. Há, porém, entre outras, uma questão que, apesar dos esforços das sucessivas direcções da APS, nunca obteve da tutela dos sucessivos Ministérios da Educação e Ciência a devida atenção e resposta adequada: o ensino de Estudos Sociais e da Sociologia em Escolas do ensino básico e secundário.

Ainda recentemente a propósito de um projecto de revisão da Estrutura Curricular (Decreto-Lei 94/2011, de 3 de Agosto) e da revisão do Programa das Novas Oportunidades, a APS solicitou uma audiência junto do Senhor Ministro que não nos atendeu em devido tempo e acabou, uma vez decidida e publicitada a revisão do modelo de Estrutura Curricular, por delegar num dos Secretários de Estado, o qual, por sua vez, delegou na Chefe de Gabinete e numa assessora que, não obstante a sua simpatia, nada adiantaram a não ser um pedido à APS e à Secção de Educação para o envio de uma listagem de obras ou trabalhos em Sociologia sobre a Educação de Jovens e Adultos. A Sociologia continua sendo subalternizada e relegada para disciplina opcional, como oferta facultativa e dependente de eventual projeto de escola, o que, além de afectar cargas docentes, implica um estreitamento do espectro dos saberes dos alunos. Ora sendo hoje a Sociologia uma disciplina obrigatória em vários países europeus e no Brasil, entre outros –, esta revisão ignora praticamente a Sociologia e acentua uma grave lacuna na formação cívico-política dos jovens, eliminando a disciplina de Formação Cívica. Mais, contraria mesmo reformas anteriores, inclusive de ministros da área político-partidária do actual governo (por exemplo, a proposta em 2004 por David Justino).

A Associação Portuguesa de Sociologia que conta com mais de 2500 sócios não compreende que uma reforma, que pretensamente se faz em nome da modernização curricular e afetar por inteiro uma geração, possa prescindir de forma tão óbvia do contributo das Ciências Sociais, relegando-as para um estatuto de menoridade.

Relativamente ao programa Novas Oportunidades, no qual têm trabalhado muitos sociólogos, a APS, admitindo que estes programas possam ser objeto de avaliação e fiscalização, correção e melhoria, considera que o encerramento destes centros afastaria de modo injusto o acesso à formação cidadãos que, por falta de recursos económicos ou culturais, não tiveram ou não têm oportunidade para tal, além de constituírem, segundo estudo de Lucília Salgado, um dos factores de sucesso educacional dos seus filhos.

A jeito de conclusão, tendo equacionado problemas de grande magnitude, poderia avançar algumas medidas que, senão eliminassem, pelo menos pudessem minorar ou diminuir algumas injustiças e desigualdades tais como reformas no quadro das actuais instituições supraestatais europeias e mundiais: a obrigatoriedade de pagamento da taxa Tobin sobre os dividendos das transacções financeiras; o perdão parcial ou total das dívidas por parte de países sem condições para pagar causadas, em grande parte, por juros excessivamente altos; o incremento de formas de democracia associativa e participativa em complementaridade com a democracia representativa. Mas a implementação de tais medidas, apesar dos contributos dos sociólogos, não será obra só dos sociólogos, mesmo que críticos.

Permita-me, Senhor Presidente da FCT, solicitar-lhe transmita ao Senhor Ministro de Educação e Ciência, a atenção para uma questão simples mas importante. Não debatendo a sério as áreas disciplinares com os respectivos profissionais e as suas associações, pretender o direito, em termos epistemológicos, de saber quais as disciplinas fundamentais, classificando as demais como secundárias ou mesmo dispensáveis, é um erro político e científico na medida em que esta revisão tem subjacente um posicionamento positivista, segundo o qual a formação cívico-política, não sendo da esfera científica, seria irrelevante porque retórica, ideológica ou utópica e, como tal, inútil na formação dos jovens. Este propósito ‘cientificista’ pela excelência e em torno do que é fundamental no ensino não deixa de traduzir, na ‘sociedade do conhecimento’, o último achado ideológico para legitimar a política educativa em curso. E ela volta ao cima quando se decreta o congelamento de vagas no campo das ciências sociais e da educação, como se estas fossem responsáveis por o problema estrutural do desemprego, supeditando os critérios científicos à lei do mercado e empregabilidade.

Senhor Presidente da FCT, caros e caras colegas, não se trata de qualquer aspiração corporativa, mas dum imperativo na formação dos nossos adolescentes e jovens, reivindicando para a Sociologia e demais ciências sociais um lugar que reverterá a benefício de cidadãos mais qualificados e participativos e duma sociedade menos injusta, mais desenvolvida e culturalmente enriquecida.